

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Trad. Luci Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.



Em *O si-mesmo como um outro*, Paul Ricoeur está em busca de uma hermenêutica do si. A fim de compreender o sujeito, nos capítulos quinto e sexto de seu livro, enfrenta a questão da identidade pessoal e da identidade narrativa. Já nos três primeiros, o debate do assunto está apoiado na linguagem, na pragmática da ação e na semântica. Apesar de importantes para o feixe de relações que Ricoeur constrói através de seu pensamento, a preocupação dessa resenha volta-se apenas para o quinto e sexto estudo.

O quinto trabalho tem por objetivo “preencher uma grande lacuna referente à questão da identidade pessoal, que só pode se articular na dimensão temporal da existência humana. Para tanto recomeça seu trabalho da teoria narrativa, por meio da perspectiva da constituição do si.” (RICOEUR, 1991, p. 138). Parece ser o tempo um dos principais fatores, o qual deve ser considerado na compreensão das identidades. Porque uma narrativa concentra e se constitui como um espaço de convergência temporal é ela o ponto de partida para começar a pensar a questão.

Ricoeur aborda o assunto a partir da distinção entre dois veículos-chefe da sua teoria: a mesmidade e a ipseidade. Segundo deixa claro em uma nota de rodapé complementar da idéia presente em nível textual:

a compreensão do si é um interpretação; a interpretação de si, por sua vez, encontra na narrativa, entre outros símbolos e signos uma mediação privilegiada; esse último empréstimo à história tanto quanto à ficção fazendo da história de uma vida uma *história fictícia* ou, se preferirmos, uma *ficção histórica*, entrecruzando o estilo *historiográfico das biografias* com o *estilo romanesco das autobiografias imaginárias* (RICOEUR, 1991, p. 138).

O fragmento registra o encontro de suas preocupação: a hermenêutica do si e a questão narrativa, as quais por sua vez desdobram-se e suscitam o entrecruzamento de gêneros estilísticos específicos, como a historiografia, a biografia e a autobiografia romanesca. Pode-se pensar que todos eles registram uma natureza compósita, ou seja, híbrida. Além disso, todos eles têm em comum a ficcionalidade, bem como o estilo narrativo, característico também da historiografia. Ao contar uma história os indivíduos estão sujeitos, inevitavelmente, de acordo com essa perspectiva, à forma narrativa e à (re)construção

dos fatos. Portanto: a temporalidade é um dos elementos norteadores da discussão do autor; não só nesse, mas em outros livros.

Ricoeur defende a tese de que “a teoria narrativa encontra uma de suas maiores justificações no papel que ela exerce entre o ponto de vista descritivo sobre a ação e o ponto de vista prescritivo. Descrever, narrar e prescrever – cada momento dessa tríade implica uma relação específica entre constituição da ação e constituição do si” (RICOEUR, 1991, p. 138). Da análise conceitual que faz, diz que a pessoa da qual se fala – o agente – tem um história. Tal história, bem como as mudanças que ocorrem ao longo do percurso de um vida, articulam-se no quadro da narrativa, uma vez que é nessa que a dialética concreta da ipseidade e da mesmidade atinge plena expansão.

Afirma que “é pela escala de uma vida inteira que o si procura sua identidade: entre as ações curtas, às quais se limitam nossas análises anteriores sob o constrangimento da gramática das frases de ação, e a *conexão de uma vida*” (RICOEUR, 1991, p. 139). É do mesmo modo que diz não existir narrativa eticamente neutra. Na seqüência, o autor apresenta o conceito de literatura com o qual trabalha e com o qual filtra sua interpretação do si: “a literatura é um vasto laboratório onde são testadas estimações, avaliações, julgamentos de aprovação e de condenação pelos quais a narrativa serve de propedêutica à ética” (RICOEUR, 1991, p. 140). A literatura – e a narrativa literária – é vista enquanto laboratório, ou seja, enquanto espaço para testes do si em relação ao outro e, por isso, enquanto espaço/ tempo para a constituição/construção da(s) identidade(s).

Depois de apresentar uma análise conceitual do que entende por narrativa e por literatura, Ricoeur discute o problema da identidade pessoal. A discussão se estabelece por meio do confronto entre mesmidade e ipseidade. A identidade como mesmidade, para Ricoeur, é o idem. É um conceito de relação. Não existe sozinha. Se – e somente se – vinculada no/ao tempo é que pode ser avaliada. A identidade como ipseidade, por outro lado, é individual e única. Apesar de as duas remeterem à semelhança, ainda que de maneiras diferentes, a ipseidade não é a mesmidade e vice-versa. A fim de entender a identidade pessoal não se pode prescindir, no entanto, da identidade narrativa, tampouco da diferença entre essas duas instâncias: o si e

o mesmo. Esse caráter de imprescindibilidade deve-se ao fato de as duas serem vertentes da identidade pessoal, as quais se articulam por meio da identidade narrativa.

Divide a discussão em três estudos. O primeiro deles discute o problema da permanência no tempo, confrontando os dois maiores usos do conceito de identidade: ipseidade e mesmidade. O tempo é um fator de dessemelhança, de afastamento e de diferença. Nesse caso, atrapalha a determinação da identidade como mesmidade. O tempo pressupõe mudança. Nesse caso como identificar o mesmo ao longo do tempo se o próprio tempo muda os caracteres de reconhecimento?

O segundo estudo, portanto, visa encontrar uma forma de permanência no tempo que não seja simplesmente o esquema de categoria de substância através das perguntas “quem sou eu (no tempo)?” X “o que sou eu no tempo?”. A preocupação com “o que” (ação) é substituída pela investigação do “quem” (sujeito). Para tanto, apresenta dois modelos de permanência no tempo: 1) caráter e 2) palavra considerada. Parte da seguinte hipótese:

a polaridade desses dois modelos de permanência da pessoa resulta de que a permanência do caráter exprime a ação de recobrir quase completamente uma pela outra da problemática do *idem* e da do *ipse*, enquanto que a fidelidade a si na manutenção da palavra dada marca o afastamento extremo entre a permanência do si e a do mesmo e, portanto, atesta plenamente a irredutibilidade das duas problemáticas à uma outra (RICOEUR, p. 143).

A permanência no tempo ocasiona a problemática da ipseidade e da mesmidade. Dessa problemática resultam três tipos de avaliação da identidade. 1) numérica – a qual pressupõe que duas ocorrências de uma coisa “x” formam uma única e mesma coisa. 2) qualitativa – “corresponde à operação de substituição sem perda semântica” (RICOEUR, 1991, p. 141). 3) E a continuidade ininterrupta – “critério anexo ou substitutivo da similitude” (RICOEUR, 1991, p. 141-142). As mudanças ameaçam; o tempo apaga, mas nenhum dos dois desfaz o *ipse* do sujeito. O que permanece são fragmentos de relações entre ocorrências a respeito de um mesmo sujeito. Não o sujeito. Tais fragmentos são o si, isto é, o *ipse*, como um outro; como uma representação. Entre o si e sua história de vida há uma desigualdade ao mesmo tempo que uma cumplicidade e uma implicabilidade, pois ambos pressupõem alteridade em um grau tão íntimo que uma passa na outra; uma não pode ser pensada sem a outra, tanto que o si pode ser considerado o mesmo sendo outro. Daí resulta que não há uma permanência do si no tempo, uma vez que esse empreende um fator de dessemelhança entre o si e o mesmo. As identidades na narrativa, por essa razão, são desdobramentos de um “eu” que ao voltar-se para si-mesmo termina escrevendo a sua história de vida como um outro.

Levando em consideração a questão da ipseidade, Ricoeur apresenta a seguinte hipótese para os dois modelos de permanência no tempo, ou seja, para o caráter e a palavra dada: quando há a recoberta do *ipse* pelo *idem* ocorre a permanência do caráter. Por outro lado, quando o si é diferente do mesmo, ambos se afastam. O caráter de um sujeito é entendido como o imutável absoluto. Além disso, como o conjunto de disposições duráveis, as quais permitem que se reconheça um indivíduo. Porque é durável, “o caráter pode constituir o ponto limite em que a problemática do *ipse* torna-se indissociável da do *idem* e leva a não distinguir entre uma e outra” (RICOEUR, 1991, p. 146).

Os hábitos de um sujeito, por sua vez, dão uma historicidade ao caráter, bem como uma sedimentação que confere a ele uma espécie de permanência no tempo. O caráter identifica o si como único e individual. Singulariza o *ipse*. Ao longo do tempo, os diferentes hábitos, recobertos ou abolidos, constroem o caráter de um sujeito, de modo que o *ipse* que é individual pode ser visto como o mesmo se considerada a duração e constância de seus hábitos. O caráter, pois, é ao mesmo tempo fator de individuação (*ipse*) e mesmidade-semelhança (*idem*).

Além de imutável absoluto, o caráter também pode ser tematizado como disposições adquiridas, através das quais o outro entra na composição do mesmo. A identidade de uma pessoa, nesse caso, é feita de “identificações-com”. Reconhecer-se “no” contribui para reconhecer-se “com”. Um sujeito espelha-se no outro (um herói, por exemplo) e a partir disso reconhece-se consigo mesmo. O reconhecimento, portanto, pressupõe latência de valores. “Aqui os pólos de identidade se compõem. Isso prova que não podemos pensar até o fim o *idem* da pessoa sem o *ipse*, mesmo quando um recobre o outro” (RICOEUR, 1991, p. 147). Há, como se pode ver uma instabilidade na caracterização do *ipse* e do *idem*. Nas palavras de Ricoeur:

por essa instabilidade emprestada dos hábitos e das identificações adquiridas, em outras palavras, das disposições, o caráter assegura ao mesmo tempo a identidade numérica, a identidade qualitativa, a continuidade ininterrupta na mudança e, finalmente, a permanência no tempo que definem a mesmidade (RICOEUR, 1991, p. 147).

Da mesma forma que constitui fator de similitude, também constitui elemento de diferença. O caráter em si possui a ambigüidade da temporalidade que o ampara. É, ainda, produto das relações espaço-temporais. O caráter, e seus atributos, portanto, definem a mesmidade. Salienta-se, por outro lado, que a recoberta do *ipse* pelo *idem* não é tal que exija renunciar a sua distinção. Por mais que haja continuidade ininterrupta da mudança que define a mesmidade no tempo, a qual permite identificar um sujeito pela história dos seus hábitos, não se pode esquecer que

o um sujeito nunca perde os elementos que permanecem e ao mesmo tempo os diferencia dos demais sujeitos aos quais se relaciona. A identidade, aqui, depende das relações de alteridade as quais se criam entre diferentes instâncias do si ao longo da(s) sua(s) história de vida.

Ricoeur apresenta esses dois modelos de permanência no tempo, para finalmente discutir um terceiro e mais importante: a identidade narrativa. A essa vincula-se mais diretamente o segundo modelo dado, ou seja, o da palavra dada. A identidade narrativa oscila entre as duas polaridades; entre dois limites. Um inferior, em que a permanência no tempo exprime a confusão do *idem* e do *ipse*. Uma superior, em que o *ipse* coloca a questão de sua identidade sem a ajuda nem o apoio do *idem*.

Depois de discutir a questão da permanência no tempo, o quinto estudo volta-se para o debate do paradoxo da identidade pessoal, ou seja, para o tratamento do paradoxo da mesmidade. Tal discussão divide-se em dois estudos. O primeiro deles, introduzido pelo pensamento de Locke, propõe a equação identidade pessoal *mais* memória. Propõe a idéia de identidade psíquica que podemos opor a de identidade corporal, ligada a processos mentais, bem como aos particulares de base já discutidos em capítulos anteriores.

Para falar sobre a identidade corporal, Ricoeur chama as idéias de Hume, as quais põem em xeque a noção de que podemos supor que estejamos na posse de uma existência invariável e ininterrupta durante o curso de nossas vidas. Nesse momento, dois novos conceitos entram em cena: a imaginação – faculdade responsável por transformar a diversidade em identidade; e a crença – responsável por preencher o déficit da impressão.

O segundo estudo detém-se na obra de Dereck Parfit, *Razões e pessoas*. Através de sua reflexão moral, exclui toda e qualquer relação de distinção entre mesmidade e ipseidade, provocando uma crise interna à ipseidade, propondo que nos interessemos antes pelas experiências do que pelas pessoas. Contrariamente a Ricoeur, Parfit diz que ipseidade e mesmidade são a mesma coisa. Além disso, afirma que a identidade pessoal não importa. Além dessas teorias, Ricoeur mostra-se refratário às três crenças apresentadas por Parfit no livro em questão.

A primeira delas introduz novamente a noção neutra de acontecimento. Na visão de Ricoeur trata-se de um argumento reducionista da identidade, uma vez que exclui o fato de sermos entidade existindo separadamente. A segunda crença não aceita é a de que a questão da identidade é sempre determinável. Portanto, todos os casos aparentes de indeterminabilidade podem ser respondidos por sim e não. Finalmente, não admite a crítica que o autor faz ao julgamento de importância ligado à questão da identidade.

Parfit reúne Locke e Hume, a fim de mostrar a existência de uma narrativa da identidade *ipse*. Ricoeur,

por outro lado, discute a questão da identidade e tenta resolver o problema da permanência no tempo (caráter + palavra dada) e do paradoxo da mesmidade por meio da dialética do si, a qual, segundo ele, atinge plena expansão através da identidade narrativa. Porque sua tese pauta-se pelo diálogo termina por discutir e opor-se as demais sobre o assunto, como as de Hume, Locke e Parfit. O princípio da refutação solidifica sua tese dialética, bem como contrapõem e questiona visões reducionistas sobre seu objeto de estudo: o si.

No sexto estudo, Ricoeur solidifica sua tese. Em tom defensivo, o autor contraria mais diretamente alguns conceitos com os quais não concorda. O conteúdo, nesse momento, apresenta uma dupla visão – retrospectiva em direção ao campo prático (ações) e prospectiva em relação ao campo ético (caráter). Para tanto, propõe dois objetivos: 1) discutir a dialética da mesmidade e da ipseidade, implicitamente contida na noção de identidade narrativa; 2) completar a investigação do si relatado, pela exploração das mediações que a teoria narrativa pode operar entre a teoria da ação e a teoria moral. Divide o capítulo em três partes: 1) A identidade narrativa e a dialética da ipseidade e da mesmidade; 2) Entre descrever e prescrever: narrar; 3) As implicações éticas da narrativa.

O primeiro deles tem como argumento que a identidade narrativa revela-se por meio da dialética do *ipse* e do *idem*. Aproxima o conceito proposto por Dilthey de “conexão da vida” (RICOEUR, 1991, p. 168) ao de “história de vida” (RICOEUR, 1991, p. 168). Utiliza-se dessa aproximação e desse conceito, para discutir a articulação da teoria da narrativa e da identidade pessoal, bem como sustentar a sua tese. Diz que a identidade narrativa necessita de um caráter, o qual é dado pela identidade da personagem, construída em ligação com a intriga. Com isso, contraria Locke, na medida que a operação narrativa desenvolve um conceito completamente original de identidade dinâmica. Essa, por sua vez, concilia as próprias categorias que Locke considerava contrárias umas às outras: a identidade e a diversidade. Sua tese, pois, sustenta que a personagem é ela própria a intriga, uma vez que ela é também uma categoria da narrativa, de maneira que são inseparáveis.

Cita outros autores que trabalham com a questão da ação e das funções da narrativa para solidificar sua tese: personagem = intriga. O primeiro deles é Aristóteles. Em sua *Poética* diz que “com a intriga, constituem o “que” da imitação da ação” (RICOEUR, 1991, p. 171). Além disso, afirma ser a tragédia “representativa [mimésis] não de homens mas de ação, de vida e de felicidade (a infelicidade reside também na ação), e o fim visado é uma ação e não uma qualidade” (RICOEUR, 1991, p. 171). A tragédia é a representação do “que” (*idem*) e não do “quem” (*ipse*). O “que”, no entanto, também diz do “quem”. Daí que a dialética do *ipse* e do *idem* pressupõe a relação de implicabilidade entre os dois, de modo que

um não existe sem ou outro, ao mesmo tempo que um é diferente do outro.

Se uma história (conexão) de vida é uma narrativa e se é por meio da identidade narrativa que se articula e constrói expansivamente a identidade pessoal do si, pode-se pensar que uma narrativa autobiográfica é uma interpretação do si, a qual realiza empréstimos à história bem como à ficção. Tanto é verdade que Ricoeur atribui a seu estilo o caráter “romanesco” e “imaginário”. Dessa forma, o autor propõe encarar as histórias (narrativas) de vida como interpretação, ou seja, como construção imaginário-ficcional de um indivíduo que se debruça sobre si-mesmo e sobre seu passado, fim de reconstituir-se mimeticamente como outro, no presente, pressupondo a perpetuação desse eu no tempo futuro. Conforme Ricoeur:

a pessoa, compreendida como personagem de narrativa, não é uma entidade distinta de suas ‘experiências’. Bem ao contrário: ela divide o regime da própria identidade dinâmica com a história relatada. A narrativa constrói a identidade do personagem, que podemos chamar sua identidade narrativa, construindo a da história relatada. É a identidade da história que faz a identidade da personagem. (RICOEUR, 1991, p. 176).

É o si relatado que constrói a identidade do eu como outro. Aristóteles associa as ações da personagem a suas funções na intriga. Propp, por outro lado, dissocia as ações das personagens, com o objetivo de “definir o conto pelo encadeamento único das funções” (RICOEUR, 1991, p. 171). Kermode, por outro lado, contraria Propp, ao dizer que “para desenvolver um caráter é preciso relatar mais” (RICOEUR, 1991, p. 172) do que essas funções elencadas pelo autor de *Morfologia do conto*. Claude Brémond segue a linha de Kermode. Para ele, “o papel só poderia ser definido pela ‘atribuição a um sujeito-pessoa de um predicado-processo eventual, em ato, ou acabado’.” (RICOEUR, 1991, p. 172). A idéia de atribuição retoma a discussão sobre a ascrição da ação e do agente. Depois de apresentar as posições desses teóricos, Ricoeur chega a uma primeira conclusão. “Desse modo, vem se confirma no plano narrativo, por meio dos papéis dependentes do campo das valorizações e do das retribuições, a conexão estreita entre teoria da ação e teoria ética” (RICOEUR, 1991, p. 173). Isto é: a mediação entre o relato (ação) e ética (descrição) resulta ou se estabelece por meio/na narrativa.

Ricoeur também discute o pensamento de Greimas, mais especificamente o modelo actancial proposto por ele. Segundo Ricoeur, o teórico radicaliza a correlação entre intriga e personagem, quando subordina a representação “antropomórfica do agente a sua posição de operador das ações no percurso narrativo” (RICOEUR, 1991, p. 173). Para tanto, Greimas apresenta duas linhas de raciocínio. A primeira sustenta-se em três categorias: a do desejo, a da

comunicação e a da ação propriamente dita. Os percursos narrativos (programa narrativo) resumem a terceira linha. Nesse ponto, Ricoeur expõe sua segunda conclusão: do entrecruzar dessas duas linhas de raciocínio, propostas por Greimas, reforça-se “mutuamente uma semiótica do agente [*actant*] e uma semiótica dos percursos narrativos, até o ponto em que aparecem como percurso do personagem” (RICOEUR, 1991, p. 174). Lembra, com isso, que uma estrutura narrativa reúne os dois processos de intriga: o da ação e o da personagem. Desse modo, argumenta que não se pode ser radical como Propp, mas dialético – como ele. Afinal de contas, compreender a forma e a identidade narrativa pressupõe considerar a articulação dialética não-reducionista de muitos pontos de vistas ou como aponta Dilthey: conexões.

Ricoeur está discutindo, com isso, o fato de que a dialética da concordância discordante da personagem inscrita na dialética da mesmidade e da ipseidade tem de ser retomada em virtude de que aquela está ligada à noção de identidade enquanto permanência no tempo. A identidade narrativa da personagem exerce uma função mediadora. Tal função “que a identidade narrativa do personagem exerce entre os pólos da mesmidade e da ipseidade é essencialmente confirmada pelas *variações imaginativas* às quais a narrativa submete essa identidade” (RICOEUR, 1991, p. 176). O que está em discussão aqui é que identidade varia com o tempo, o que, de certa forma, contraria a idéia de permanência no tempo proposta por Derek Parfit.

Se personagem e intriga estão diretamente relacionadas e se a personagem perde sua identidade, seu caráter, no transcurso do tempo em que as ações são narradas, há uma crise na conclusão da narrativa. O que significa a perda da identidade para Ricoeur? A sua tese é a de que, “recolocando no quadro da dialética do *idem* e *ipse*, esses casos desconcertantes da narração se deixam reinterpretar como desguarnecidos da ipseidade por perda do suporte da mesmidade” (RICOEUR, 1991, p. 178). A crise da narrativa, nesse caso, pressupõe a perda da ipseidade. Como uma instância do eu não se deixa pensar sem a outra, apesar da diferença entre ambas, a perda da ipseidade implica na perda da mesmidade. “Mas que é ipseidade, quando ela perdeu o suporte da mesmidade?” (RICOEUR, 1991, p. 178). Um exemplo que opõe ficção literária e ficção tecnológica, ou os *puzzling cases* de Parfit, é usado para explicar que a “verdadeira perplexidade, desde então, não reside no interior de um ou outro campo de variações imaginativas, mas, se podemos dizer, *entre* um e outro” (RICOEUR, 1991, p. 179).

O termo *entre* serve de *link* para o item posterior: “entre descrever e prescrever: narrar.” Ricoeur faz mais uma pergunta: em qual sentido, portanto, é legítimo ver na teoria da intriga e do personagem uma simples transição significativa entre a ascrição da ação a um agente que pode



e sua imputação a um agente que deve?” (RICOEUR, 1991, p. 180). Eis a resposta: prescrever regras não apenas no sentido de introduzir relações específicas de comunicação, mas de sublinhar o caráter de interação que se liga à maioria das práticas. A interação, bem como a dialética, as quais já presidem a feitura do livro – *O si-mesmo como o outro* – são também elementos que embasam suas teses e sua busca por uma hermenêutica democrática do si.

Nesse ponto, cita mais uma vez Aristóteles para dizer que sendo a arte uma representação das *práxis* da vida, pode-se pensar que da determinação das *práxis* inerentes às ações narrativas é possível determinar as relações, as conexões de vida, portanto as histórias de vida e a dialética da ipseidade e da mesmidade. A estrutura narrativa dá sentido às *práxis* humanas. Sendo a história um conjunto de *práxis* humanas, argumenta-se que a estrutura da narrativa dá sentido à história, bem como contribui para a determinação do si-mesmo, sentido esse que preenche uma das muitas lacunas da identidade pessoal.

Para discutir as relações entre ficções literárias e as histórias, Ricoeur vale-se do pensamento de McIntyre, o qual também problematiza “sobre a noção de ‘unidade narrativa de uma vida’” (RICOEUR, 1991, p. 187), colocada “acima das de práticas e de planos de vida” (RICOEUR, 1991, p. 187). Aponta ser na ficção literária que a juntura entre ação e seu agente se permite melhor apreender e a literatura revela-se um vasto laboratório para experiências de pensamento, onde essa junção é submetida à visões imaginativas sem número. Ricoeur, no entanto, não identifica o procedimento de McIntyre com o seu:

o primeiro tem principalmente em vista as histórias encontradas no calor da ação cotidiana e não dedica uma importância decisiva, pelo menos para a investigação ética na qual ele está empenhado, à parte entre ficções literárias e as histórias que ele diz postas em ato (*enacted*). Ora, no meu próprio tratamento da função mimética da narrativa, a ruptura operada pela entrada da narrativa no campo da ficção é levada tão a sério, que isso se torna um problema muito espinhoso ao reunir de novo a literatura e a vida através do intérprete da leitura (RICOEUR, 1991, p. 188).

A discussão, agora, coloca o leitor como um dos determinantes da narrativa. Além disso, Ricoeur diz que mesmo existindo diversos obstáculos na relação entre ficção e vida, no trajeto da ficção de volta à vida, com relação aos papéis (autor, narrador, personagem, leitor); ao próprio plano da forma narrativa (diferenças da noção de começo e fim entre ficção e a vida); ao fato de que as histórias de vida de um estão emaranhadas nas histórias dos outros; todas essas ressalvas não invalidam o caráter ficcional e a concepção de *mimesis* que colocam dentro do jogo “a própria noção de aplicação da ficção na vida” (RICOEUR, 1991, p. 191). Conclui que:

resulta dessa discussão que narrativas literárias e histórias de vida, longe de se excluírem, completam-se, a despeito ou por causa de seu contraste. Essa dialética nos lembra que a narrativa faz parte da vida antes mesmo de se exilar da vida na escrita; ela volta à vida segundo as múltiplas vias de apropriação e ao apreço das tensões inexpugnáveis que acabamos de dizer” (RICOEUR, 1991, p. 193).

Apesar de contrastarem, narrativas literárias e histórias de vida entrecruzam fabulação e experiência vivida. “É precisamente em razão do caráter evasivo da vida real que temos a necessidade do auxílio da ficção para organizar esta última retrospectiva extemporânea, com o risco de considerar revisível e provisório toda figura da intriga emprestada da ficção o da história.” (RICOEUR, 1991: 192) O que Ricoeur chama atenção é para o caráter ficcional de uma história de vida quando fixada por meio de uma forma narrativa literária. Daí resulta a o formato ficcional que emoldura as autobiografias, as quais, pode ser lidas como romanescas.

Quais são as implicações éticas da narrativa? Transforma-se em questão o que Ricoeur apresenta como item. “O enraizamento da narrativa literária no solo da narrativa oral, no plano da prefiguração narrativa, permite já entender que a função narrativa não existe sem implicações éticas” (RICOEUR, 1991, p. 193). Walter Benjamin diz que “a arte de narrar é a arte de trocar experiências” (RICOEUR, 1991, p. 193), entendendo por experiências “o exercício popular da sabedoria prática” (RICOEUR, 1991, p. 193). Narrar, pois, é trocar experiências; é viver. Na narrativa literária, “o julgamento moral não é abolido, ele é, antes, ele mesmo submetido às variações imaginativas próprias da ficção” (RICOEUR, 1991, p. 194). A forma narrativa que se pretende mais neutra, nesse sentido, é a historiográfica. Mesmo assim, Ricoeur é categórico ao dizer que “não atinge nunca o grau zero da estimação” (RICOEUR, 1991, p. 194).

Encaminhando-se para o final do sexto estudo, Ricoeur recupera algumas questões e idéias debatidas. Ao opor polarmente a manutenção do si ao caráter, o autor pretende cercar a dimensão propriamente ética da ipseidade, sem consideração com a perpetuação do caráter. “A manutenção do si é para a pessoa a maneira de se comportar tal que o outro possa *contar* com ela” (RICOEUR, 1991, p. 195). Nesse trecho, contar dispara o sentido de “identificar-se”. Viu-se que o caráter pode variar porque não há perpetuação no tempo, estando esse interferindo na mudança das ações, portanto, nas personagens e na intriga.

Nesse caso, “onde se situa finalmente a identidade narrativa nesse espectro de variações entre o pólo da mesmidade-ipseidade do caráter e o pólo de pura ipseidade da manutenção do si?” (RICOEUR, 1991, p. 195). Entre as duas. Entre mesmidade e ipseidade. “A identidade narrativa mantém juntas as duas pontas da cadeia: a

permanência no tempo do caráter e a da manutenção do si” (RICOEUR, 1991, p. 195). Pergunta novamente Ricoeur: “mas quem é ainda *eu* quando o sujeito diz que não é nada? Um si privado do auxílio da mesmidade, dissemos e repetimos. Seja” (RICOEUR, 1991, p. 195). Mesmo que pelo modo negativo, o sujeito permanece. Eu sou “o que eu sou”. Sem “o que”, “o quem”, *eu* não sou nada. Esse nada já é, na verdade, o tudo. A identidade narrativa, nessa dialética, é o meio termo, a ligação, a mediação, a iteração e o diálogo com a identidade pessoal, a qual se constrói por meio da ação narrativa, oscilante como é entre a descrição e o relato do si.

Ricoeur propõe em *O si-mesmo como um outro* uma hermenêutica do si, por meio da dialética da mesmidade e da ipseidade, a qual se apresenta através da tríade: narração, prescrição e descrição. O pensamento que embasa sua tese é desde o início relacional, partindo do mais simples ao mais complexo à medida que o feixe de relações vai sendo aprofundado, tanto intra, quanto intertextualmente. A construção de seus estudos e de seu livro reside, dentre outras coisas, nessa complexificação e sistematização das idéias apresentadas e discutidas, as quais resultam de um método cartesiano de construção do pensamento. Expõe as análises precedentes e vai tornando-

as complexas, envolvendo todas as discussões numa única temática: a da atestação e do testemunho, relacionando, como já foi dito, com sua busca por um hermenêutica do si. Ficam, no entanto, algumas questões: se não houver narratividade haverá sujeito? Onde se situariam a ipseidade e a mesmidade no caso do texto-fragmento não linear? Haveria uma manutenção do si? Quem é “eu” quando o sujeito experiencia o vivido no momento em que o constrói recuperando-o? São esses alguns pontos de debate, uma vez que na contemporaneidade, acima de tudo, não só o método cartesiano está em discussão, mas ainda e principalmente porque com a narratividade concorrem outros modos de pensar e construir sujeito(s). Variados são também os métodos de contar histórias, as quais, muitas vezes, não possuem começos, meios e fins encadeados tais quais aqueles a que estávamos acostumados.

A versatilidade que Ricoeur atribui ao caráter de um sujeito, como se percebe, legitima sua escrita e a estruturação de seu pensamento, o qual se dissemina em múltiplas direções. Por isso, devem motivar debates.

Daniela Silva da Silva

Doutoranda em Teoria da Literatura na PUCRS.  
Bolsista CNPq.